

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU– 2016**

2 Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2016, às 14h20min, o Comitê das Bacias
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) deu início à
4 1ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê Guandu, no Auditório do Pavilhão de Aulas
5 Teóricas, no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica/RJ,
6 tendo como pauta os seguintes assuntos: 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior
7 (10/12/2015); 2. Discussão sobre o projeto de lei que trata de alterações na utilização de
8 recursos do FUNDRHI; 3. Aprovação da minuta de resolução que Altera a Res. nº
9 111/2015 – sobre a realização/apoio de eventos; 4. Aprovação do custeio para evento da
10 Embrapa – Curso de Recuperação de áreas degradadas, produção de mudas e
11 adequação ambiental (realização fev a abr/16); 5. Apresentação do CAR – Cadastro
12 Ambiental Rural; 6. Apresentação da assessoria de comunicação Guandu – Montenegro;
13 7. Relatório de Ações Comitê Guandu 2015 – entrega em CD nas pastas; 8. Informe sobre
14 alteração do Calendário de reuniões CBH Guandu/RJ 2016 (reunião de 12/maio/16 para
15 24/maio/16); 9. Assuntos Gerais. O Diretor Geral, Julio Cesar Antunes (ABES), iniciou a
16 reunião informando a ausência dos diretores Lívia Soalheiro (SEA) e Amisterdan Ribeiro
17 (SIMARJ) por conta da reunião do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica.
18 Informou que José Gomes (LIGHT) foi convocado para reunião com a presidência da
19 LIGHT, e por isso estaria ausente. **1** – Julio Cesar (ABES) então solicitou a aprovação da
20 ata da reunião anterior (10/12/16). A ata foi aprovada. **2** – Julio Cesar Antunes (ABES)
21 explicou que o texto do PL de alteração do FUNDRHI foi encaminhado aos Comitês de
22 Bacia pela Secretaria de Estado do Ambiente. Informou que foram divulgadas aos
23 membros as contribuições da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão (CTIL-
24 G) e também do Comitê Piabanha. E relatou o posicionamento da Diretoria Colegiada, em
25 relação inicialmente à restrição do recurso para os destinos possíveis de aplicação.
26 Explicou que é necessário alinhamento do planejamento, mencionando a entrega dos
27 Planos de Saneamento Básico pelo Estado. Afirmou que é necessário elencar áreas
28 importantes, mas sem restringir para não voltar ao que já existe na Lei. Julio Cesar (ABES)
29 continuou sua fala, explicando que há processos complexos na aplicação dos recursos do
30 FUNDRHI. Decio Tubbs (UFRRJ) iniciou a leitura do projeto com as contribuições da CTIL-
31 G. João Bosco (UEZO) sugeriu substituir “mananciais” por “mananciais hídricos”. A
32 sugestão foi aceita. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que há receio de transportar o
33 contingenciamento de recursos de saneamento para pagamento por serviços ambientais.
34 Sugeriu incluir proteção e recuperação de aquíferos. Franziska Huber (FAETERJ-
35 Paracambi) sugeriu discriminar as categorias de projetos de Pagamentos por Serviços
36 Ambientais, tanto de pagamento a produtores rurais quanto de ações de conservação ou
37 restauração florestal, entre outros, que foram adicionados à minuta de resolução. Hendrik
38 Mansur (TNC) sugeriu inserir as alterações sobre PSA para o final da frase, pois o foco fica
39 nas ações gerais. Decio Tubbs (UFRRJ) sugeriu, para reforçar o entendimento, incluir no
40 texto os mananciais hídricos subterrâneos. Julio Cesar Antunes (ABES) continuou a leitura,
41 argumentando que, na sugestão para o Art. 6º, devem ser retiradas as restrições, de forma
42 que sejam garantidos percentuais mínimos para investimento em áreas determinadas, ao
43 invés de contingenciar grandes partes dos recursos financeiros. Franziska Huber
44 (FAETERJ-Paracambi) explicou que na CTIL-G foi incluído o monitoramento. Julio Cesar
45 (ABES) respondeu que, no caso do orçamento, restringir pode prender o dinheiro em
46 projetos, mesmo que estes sejam executados com gastos abaixo da previsão. Caroline
47 Lopes (AGEVAP) acrescentou que foram levantados os projetos existentes no Comitê
48 Guandu e verificou-se a possibilidade de enquadrá-los nos itens determinados pela

49 sugestão do Artigo 2º. Sobre a obrigatoriedade, é necessário que isso esteja expresso no
50 texto. Hendrik Mansur (TNC) concordou com o questionamento da descrição da
51 obrigatoriedade, e perguntou se a retirada da palavra invalida a obrigatoriedade. Julio
52 Cesar (ABES) respondeu que deve existir um percentual mínimo para cada área. Hendrik
53 Mansur (TNC) colocou que deve ser descrita uma obrigatoriedade mínima. E a outra parte
54 da discussão é definir quanto para cada área. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
55 explicou que o artigo 2º já fala sobre ações diversas realizadas pelo Comitê. Explicou que
56 as ações não cobertas são somente o contrato de gestão e a educação ambiental. João
57 Bosco (UEZO) defendeu que a obrigatoriedade está no percentual definido, e não na
58 palavra em si. Magno Roza (EMATER-RIO) argumentou que a aplicação pode não ocorrer,
59 e que é melhor definir como destinar o recurso, para que os não aplicados possam ser
60 dirigidos a outras ações. Sabino Figueiredo (P.M. Rio Claro) concordou com a sugestão.
61 Julio Cesar (ABES) explicou que a proposta da Diretoria é de mínimo de 20% destinados
62 para os projetos de recuperação descritos na sugestão para o Art. 6º, o que não inviabiliza
63 investimentos de maior percentual, completando que a proposta do Piabanha é de 25%.
64 Julio Cesar (ABES) explicou que não é simples para todos os projetos serem
65 operacionalizados em apenas um ano. Explicou que, se houver capacidade, é possível
66 investir mais do que o previsto numa determinada área. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu
67 30% no mínimo. Julio Cesar (ABES) lembrou que, a partir de 2017, a arrecadação dobrará.
68 Mas que é necessário considerar a capacidade para executar projetos. Decio Tubbs
69 (UFRRJ) concordou com a sugestão de Hendrik Mansur (TNC) de 30%, e que é
70 necessário pensar também a nível de todo o Estado. Franziska Huber (FAETERJ) sugeriu
71 prever uma situação de recursos que não foram utilizados. Julio Cesar (ABES) explicou
72 que isso é um problema a ser considerado. Relatou o caso de Auxílio à Pesquisa e
73 Educação Ambiental, que são projetos de valor pequeno, mas que exigem capacidade
74 considerável para execução. Por isso a ideia é reservar um percentual baixo. Hendrik
75 Mansur (TNC) questionou se reservar percentuais baixos não é uma restrição ao avesso.
76 José Governo (TKCSA) lembrou que o não cumprimento de uma lei que aplica 20%, pode
77 ser penalizado, e por isso é necessário pensar na capacidade de execução. Hendrik
78 Mansur (TNC) lembrou que os valores de PSA já cobrem grande parte do recurso que
79 seria destinado, considerando 20%. Julio Cesar (ABES), considerando o aumento da
80 cobrança em 2017, questionou se haverá capacidade de executar os projetos, e citou o
81 caso do primeiro edital de PSA. Explicou que a preocupação está na execução dos
82 projetos, e também em relação ao artigo 3º. Julio Cesar (ABES) leu o Art. 3º (a proposta da
83 SEA) -, comentando que já existe uma pressão em direção ao FUNDRHI. Julio Cesar
84 (ABES) citou o caso do repasse da ANA para a Bacia do Rio Paraíba do Sul, que é direto
85 para a Agência de Bacia, o que facilitaria a aplicação. Foi colocado em votação o
86 percentual mínimo reservado para ações do Comitê. 13 votos a favor de 20%. Nenhum
87 a favor de 50%. 2 votos a favor de 30%. Foi alterado o texto de acordo com a votação da
88 Plenária. Julio Cesar (ABES) passou ao artigo 3º, considerando a proposta elaborada pela
89 CTIL-G. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) explicou que a deliberação do Comitê já
90 vale para o artigo. Julio Cesar (ABES) explicou que a ideia é discutir uma proposta de:
91 retirar o artigo ou estender o prazo para 5 anos. Decio Tubbs (UFRRJ) reforçou sua
92 posição de excluir o artigo, pois devem ser consideradas todas as dificuldades em aplicar
93 os recursos. Ressaltou que os Comitês não são empresas, e que um prazo de dois anos
94 pode ser nocivo à estrutura e os interesses dos Comitês de Bacia, mas considerou a
95 proposta de Julio Cesar Antunes (ABES) de 5 anos. Julio Cesar (ABES) colocou em
96 votação a supressão do artigo. Fátima Rocha (AGEVAP) lembrou que o Plano de

97 Aplicação Plurianual já funciona como deliberação para os recursos. Decio Tubbs (UFRRJ)
98 lembrou que a lei é estadual, e pode ser que algum Comitê não tenha um plano de
99 aplicação. Nathália Vilela (AGEVAP) lembrou que o PAP-GUANDU será atualizado, e que
100 isso serviu para amenizar a leitura do texto pelos membros da CTIL-G. Mas lembrou que
101 as realidades entre os Comitês são muito diferentes, e é necessário pensar em todos.
102 Franziska (FAETERJ-Paracambi) sugeriu que a proposta seja suprimir o artigo, mas que
103 também podem ser considerados cinco anos em caso de discordância no CERHI-RJ. A
104 Plenária concordou. Em relação ao artigo 4º, Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
105 explicou o posicionamento da CTIL-G, que a ideia é que o próprio Comitê possa cancelar
106 recursos não utilizados em projetos deliberados. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu retirar a
107 necessidade de aprovação do CERHI-RJ para os projetos dos Comitês de Bacia. Decio
108 Tubbs (UFRRJ) complementou que os documentos aprovados devem ser apenas os
109 Planos de Aplicação Plurianual. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) explicou que a
110 CTIL-G reenumerou o texto para hierarquizar os assuntos. Julio Cesar (ABES) sugeriu
111 reunir as propostas e o texto original, para que os leitores entendam o texto original e as
112 contribuições. Decio Tubbs (UFRRJ) solicitou à Secretaria Executiva que, em cada artigo
113 modificado, seja incluído o texto original. Hendrik Mansur (TNC) reiterou sua sugestão de
114 encontrar a obrigação de submeter a aprovação dos projetos ao CERHI-RJ e propor a
115 retirada desta obrigatoriedade. Sobre o artigo seguinte, que trata da aplicação de recursos
116 em outras bacias, Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu que isso deve ser
117 limitado. Julio Cesar Antunes (ABES) lembrou que isso é similar à discussão de alteração
118 do repasse ao CEIVAP, de que o aumento será atrelado à existência de projetos. Decio
119 Tubbs (UFRRJ) explicou que é preciso considerar os percentuais já destinados ao INEA e
120 ao CEIVAP, mas que ainda é uma discussão a ser tratada com cautela. Foi exposta por
121 uma Convidada uma situação no Comitê Rio dois Rios e do Baixo Paraíba, sobre um
122 município que está localizado nas duas Bacias, cuja proposta de apoio à construção de
123 uma Estação de Tratamento de Esgoto não recebe encaminhamento por não haver
124 definição da área de atuação. Então os Comitês precisam pensar uma solução conjunta.
125 Hendrik Mansur (TNC) relatou que a responsabilidade do projeto da ETE depende apenas
126 da localização da ETE. Sugeriu retirar o trecho de aplicação de recursos em outras bacias,
127 pois isso abre precedentes para aplicação em qualquer lugar. Julio Cesar Antunes (ABES)
128 concordou com a supressão do artigo. Avaliou que, numa situação excepcional, é melhor a
129 Plenária decidir sobre a aplicação em outra bacia. Mas que isso não deve ser registrado
130 por lei, e sim debatido pelo Comitê até que se atinja um nível técnico maior. José Governo
131 (TKCSA) entendeu, considerando que os recursos do Comitê são oriundos da cobrança
132 paga pelos usuários da água, que excepcionalmente isso possa ser decidido, mas que
133 retirar o trecho pode prejudicar. Decio Tubbs (UFRRJ) reforçou a sugestão de José
134 Governo, explicando que isso precisa ser debatido cuidadosamente. Magno Roza
135 (EMATER-RJ) concordou que deve ser votado um percentual, e sugeriu considerar
136 eventos de calamidade pública – situações extremamente específicas – para a aplicação
137 de recursos. Hendrik Mansur (TNC) lembrou que este artigo é uma brecha perigosa para a
138 Política de Recursos Hídricos. João Bosco (UEZO) concordou com a sugestão de Decio
139 Tubbs (UFRRJ), preocupando-se com a exclusão e o surgimento de uma proposta não
140 favorável. Sugeriu alteração de permitir aplicação até 10% da arrecadação líquida no
141 exercício anterior do Comitê de Bacia. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) destacou
142 que este percentual não atende aos volumes necessários para enfrentar emergências. E
143 entendeu que isso deve entrar num próximo PAP como aplicação fora da Bacia, estudado
144 de maneira cautelosa e com limitações territoriais. Julio Cesar (ABES) informou que isso

145 pode ser feito com a exclusão ou defender o percentual. Afirmou que a pressão será
146 enorme para a utilização dos recursos do Comitê Guandu em outra Bacia no Estado.
147 Relatou uma reunião de segurança hídrica realizada no dia anterior, em Brasília, que
148 incluiu o Comitê Guandu como contribuinte numa operação para movimentar o volume
149 morto do Reservatório de Paraibuna, cuja discussão deveria passar pelo Comitê
150 Guandu. Afirmou que o Comitê tem maturidade suficiente para apoiar o Estado ou os
151 Comitês em decisões justificadas, e a perda deste cenário de construção será um
152 problema para a Gestão. Sugeriu excluir o artigo e debater a questão no CERHI-RJ. A
153 sugestão foi aceita. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu um percentual de 10% em Região
154 Hidrográfica contígua. José Governo (TKCSA) explicou que a bacia do Paraíba do Sul tem
155 uma situação complexa. Ressaltou que o Comitê Guandu, os usuários da água e o INEA
156 participaram de um protocolo de emergência para economizar água, que funcionou.
157 Apontou que a questão de regiões hidrográficas contíguas é problemática. Julio Cesar
158 Antunes (ABES) prosseguiu com a leitura. Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que a seção
159 do texto referente à legislação sobre aquisições de bens e serviços serviu para reforçar
160 para as delegatárias os procedimentos adequados. Julio Cesar Antunes (ABES) sugeriu
161 pensar uma proposta de mudança da Resolução nº 13, ao invés de alterar o texto do
162 Projeto de Lei. Magno Roza (EMATER-RJ) questionou o artigo de direcionamento dos
163 recursos do FECAM. Julio Cesar (ABES) explicou que a posição da CTIL-G foi favorável.
164 Sobre a Resolução 13, a ideia seria suprimir o artigo e elaborar uma proposta fora do
165 Projeto de Lei. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu passar a responsabilidade para o INEA. E
166 então os Comitês poderiam discutir com o órgão para aperfeiçoar a resolução. Magno
167 Roza (EMATER-RJ) questionou os parâmetros que destinariam recursos do FECAM para
168 o FUNDREHI. Julio Cesar (ABES) informou que seria feita uma leitura para esclarecimentos.
169 Após contribuições, a minuta foi aprovada. **3 – Sobre a revisão da Resolução Comitê**
170 **Guandu nº 111, que dispõe sobre participação ou apoio e realização de eventos, Fátima**
171 **Rocha (AGEVAP) explicou que ao colocá-la em prática surgiram problemas, e explicou as**
172 **modificações propostas. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) explicou que a ideia era**
173 **delimitar bem o tipo de evento, quem seria o responsável pela realização e quem**
174 **responderia por esse de uma forma geral. Decio Tubbs (UFRRJ) sugeriu estender o**
175 **evento, aos municípios, desde que cumpram os requisitos do formulário. Magno Roza**
176 **(EMATER-RJ) sugeriu abrir para instituições como a EMATER, de extensão Rural.**
177 **Franziska (FAETERJ-Paracambi) explicou que a ideia é definir para auxiliar as decisões da**
178 **Plenária. Hendrik (TNC) sugeriu restringir a instituições de ensino públicas ou privadas.**
179 **Após discussões, ficou definido aprovar a proposta da Secretaria Executiva e discutir as**
180 **eventuais mudanças durante a aplicação da resolução. Franziska Huber (FAETERJ-**
181 **Paracambi) explicou que a minuta sugere valor máximo individual e global para as**
182 **instituições que solicitarem apoio. Nathália Vilela (AGEVAP) explicou que não é possível**
183 **hierarquizar as solicitações, pois essas aparecem em momentos diferentes. Franziska**
184 **(FAETERJ-Paracambi) sugeriu seguir o modelo de edital. Decio (UFRRJ) e Nathália**
185 **(AGEVAP) explicaram que isso amarra o processo. João Bosco (UEZO) sugeriu excluir o**
186 **primeiro parágrafo. O parágrafo foi excluído. Fátima Rocha (AGEVAP) prosseguiu com a**
187 **leitura. Sobre o valor, Hendrik (TNC) sugeriu, para valores acima do limite de cotação**
188 **direta, que as instituições solicitem o apoio com um ano de antecedência. Nathália Vilela**
189 **(AGEVAP) argumentou que o valor definido é para apoio, e direcionado com os objetivos**
190 **do Comitê. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que esse tipo de apoio é complexo, e o Comitê**
191 **pode auxiliar com materiais diversos. Fátima Rocha (AGEVAP) prosseguiu com a leitura da**
192 **minuta, valorizando a utilização da logo do Comitê Guandu e determinando o envio de**

193 material gerado no evento, além dos prazos para envio de documentação e autorizações
194 necessárias. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que o prazo mínimo para solicitação se deve
195 à complexidade dos trâmites administrativos necessários para a realização do apoio.
196 Fátima Rocha (AGEVAP) leu os formulários. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu um campo
197 para constarem as eventuais instituições parceiras do evento. A sugestão foi aceita. Foi
198 sugerido formar um *checklist* baseado no que o Comitê já apóia para direcionar a
199 instituição. Esta sugestão não foi acatada porque delimita os tipos de materiais/serviços.
200 João Bosco (UEZO) perguntou o que são eventos internos e externos. Nathália Vilela
201 (AGEVAP) explicou que os internos são demandas que surgem no Comitê Guandu. Magno
202 Roza (EMATER-RJ) relatou que nos projetos da EMATER, é cobrada uma contrapartida.
203 Propôs à Plenária que isso conste no formulário. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
204 sugeriu a elaboração de um relatório como contrapartida. A sugestão de solicitação de
205 contrapartida não foi aceita. Julio Cesar (ABES) sugeriu aprovar a minuta ou, em caso de
206 contribuições impeditivas, aumentar o prazo para receber contribuições em outra data.
207 Fátima Rocha (AGEVAP) finalizou a leitura dos formulários. O texto foi aprovado e, ao
208 decorrer de sua utilização, a resolução poderá ser revisada. **4 – Sobre o apoio ao curso da**
209 **EMBRAPA, Julio Cesar (ABES) explicou que a instituição geralmente reserva vagas ao**
210 **Comitê, e isso funciona indiretamente como uma capacitação. Ronaldo Sabino (P.M. Rio**
211 **Claro) explicou que o curso está ocorrendo, e não há limites de vaga, basta cumprir os pré-**
212 **requisitos técnicos. O apoio será dado para os módulos a serem realizados em março, a**
213 **saber, a partir do dia 08 devido ao tempo necessário para o processo de contratação. A**
214 **solicitação de apoio foi aprovada. 5 – Apresentação do Cadastro Ambiental Rural. Mario**
215 **Landi (CAR/GUANDU) iniciou a apresentação, com as atividades desenvolvidas no projeto**
216 **a partir de junho de 2015 e as parcerias com INEA, EMATER-RJ, PESAGRO e as**
217 **Prefeituras, essas através das Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura dos municípios**
218 **visitados. Relatou as ações de capacitação e mutirão, realizadas para o cadastro das**
219 **propriedades. O mesmo relatou a capacitação realizada na AGEVAP para alimentar os**
220 **dados do CAR no formato do SIGA-GUANDU. Mario Landi (CAR/GUANDU) também citou**
221 **diversos projetos existentes que auxiliam no cadastramento. Decio Tubbs (UFRRJ)**
222 **perguntou qual a estimativa de alcance do CAR. Mario (CAR/GUANDU) respondeu que,**
223 **considerando os 1200 cadastros realizados e os imóveis rurais de 4 módulos, devem ser**
224 **atingidos 40% dos cadastros da Bacia do Guandu até o fim do projeto. Julio Cesar Antunes**
225 **(ABES) sugeriu organizar os dados com um histórico da evolução do CAR desde o início**
226 **das atividades. Mencionou que isso seja associado com as propostas aprovadas do PRO-**
227 **PSA Guandu. Hendrik Mansur (TNC) comentou que a tabela poderia ser elaborada por**
228 **área dos municípios, assim como área das propriedades rurais. Lembrou que as áreas**
229 **atendidas pelo CAR-GUANDU são aquelas de até 4 módulos fiscais de área. Informou que**
230 **a TNC tem a ideia de implantar o Portal Ambiental Municipal, para cadastrar o município**
231 **inteiro. Mencionou que em Rio Claro, foram cadastradas propriedades tanto pelo CAR-**
232 **GUANDU quanto pelo trabalho da TNC, e a ideia é integrar as bases de dados para reunir**
233 **o número total de cadastros. Mario Landi (CAR-GUANDU) lembrou que os cadastros ainda**
234 **não foram validados totalmente, mas que, após análise, todas as informações serão**
235 **divulgadas, e aceitou a sugestão de montar a tabela com a proporção dos territórios. Mario**
236 **Landi (CAR-GUANDU) encerrou a apresentação. Julio Cesar Antunes (ABES) sugeriu, ao**
237 **fim da apresentação, que o Comitê Guandu e as instituições parceiras entrem em contato**
238 **para disponibilizarem os dados do Cadastro Ambiental Rural. 6 – Richard Hollanda**
239 **(Montenegro) iniciou a apresentação do trabalho da Assessoria de Comunicação,**
240 **desenvolvido para o Comitê Guandu, relatando todos os produtos de assessoria,**

241 comunicação institucional, relações públicas e materiais diversos. Apresentou os números
242 e a relevância estratégica de inserções do Comitê Guandu na mídia. Claudio Montenegro
243 (Montenegro) também destacou o trabalho de William Webber, que desenvolve o trabalho
244 da Revista Guandu Conhecimento. Julio Cesar Antunes (ABES) elogiou a apresentação e
245 sugeriu que as veiculações, assim como o CAR/GUANDU, sejam trabalhadas
246 especificamente nas Câmaras Técnicas. E convidou os membros para trabalhar junto à
247 Comunicação para sugerir ideias e divulgar os resultados obtidos no Comitê Guandu.
248 Richard Hollanda (Montenegro) colocou a Assessoria de Comunicação à disposição da
249 Plenária para sugestões. **7 – Julio Cesar Antunes (ABES) informou a disponibilização do**
250 **Relatório de Ações de 2015 do Comitê Guandu através de CD inserido na pasta de**
251 **materiais distribuídos aos membros. 8 – Julio Cesar Antunes propôs uma mudança na data**
252 **da plenária de Maio, saindo do dia 12 para dia 24 de maio. A Plenária concordou com a**
253 **mudança de data da 2ª reunião ordinária. A mudança foi programada para não coincidir as**
254 **datas de Reunião do Plenário e o evento EXPOASEAC. 9 – Assuntos Gerais: Julio Cesar**
255 **Antunes (ABES) informou que a Comissão Eleitoral deverá ser formada na próxima**
256 **Plenária. Comentou sobre a ideia do repasse direto dos Recursos Financeiros do**
257 **FUNDRHI para a AGEVAP. Explicou que o objetivo é construir um encaminhamento para**
258 **que isso ocorra na Bacia do Guandu, de forma que a aplicação não corra riscos de**
259 **remanejamento. Hendrik Mansur (TNC) concordou, dizendo que a medida garante a**
260 **utilização do recurso pelo Comitê, e, caso aprovada, será um avanço enorme. Julio Cesar**
261 **(ABES) afirmou que, com o aval da Plenária, a ideia é construir a articulação. Eduardo**
262 **Gomes (SINDIRIOCLARO) informou sobre a realização da 1ª oficina do Plano Municipal de**
263 **Saneamento Básico no dia 24, e sobre o pagamento aos produtores do PAF no dia 26 de**
264 **fevereiro, às 10h da manhã, na Câmara dos Vereadores. Como lista de**
265 **encaminhamentos, segue: 1 – Organizar em tabela as contribuições da Plenária ao**
266 **Projeto de Lei que altera a utilização dos recursos do FUNDRHI; 2 – Buscar**
267 **informações sobre a obrigatoriedade de aprovação do CERHI-RJ para utilização dos**
268 **recursos e propor que apenas o PAP valha para aprovação; 3 – Elaborar carta ao**
269 **CERHI-RJ sugerindo o início de uma revisão da Resolução nº 13 do INEA; 4 –**
270 **Revisar e formatar a Resolução aprovada que trata de apoio ou realização de**
271 **eventos; 5 – Apresentar os resultados e processos da Comunicação na Câmara**
272 **Técnica pertinente. O Diretor Geral, Julio Cesar Antunes (ABES), agradeceu a presença**
273 **de todos, questionou se alguém teria algo a acrescentar e não havendo, encerrou a**
274 **reunião às 18h. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo esta ata que segue assinada pelo**
275 **Diretor Geral e Diretor Executivo.**
276
277
278

279 Julio Cesar Oliveira Antunes (ABES)

Diretor Geral

Decio Tubbs Filho (UFRRJ)

Diretor Executivo

281

282 MEMBROS PRESENTES:

283

284 **Usuários:** Celso Junior representando Abílio Faia (FCC), Dalço Renato Simoni (AMBEV),
285 Eduardo Freire Gomes (SINDIRIOCLARO), Raquel Alves representando Marcio Dias
286 (SFE), José Luiz Governo de Souza (TKCSA);

287

288 **Sociedade Civil:** João Bosco de Salles (UEZO), Decio Tubbs (UFRRJ), Franziska Huber
289 (FAETERJ-Paracambi), Vera Agarez (UVA), Hendrik Mansur (TNC), Julio Cesar Antunes
290 (ABES);

291

292 **Governo:** Mario Amaro (P.M. Piraí), Carlos Alberto Penne Leitão (P.M. Nova Iguaçu),
293 Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Ronaldo Sabino (P.M. Rio Claro), Monique Fontes
294 (P.M. Itaguaí), Magno Roza (EMATER-RJ), Maria Dalva Ribas (FIPERJ)

295

296

297 **MEMBROS AUSENTES:**

298

299 **Usuários:** Lívia Magalhães (CEDAE), Frederico Coelho (CEDAE), Robson Santos
300 (ASDINQ), Pâmela Reis (GERDAU), Viviane Montebello (NUCLEP), Sabina Campagnani
301 (FURNAS), Diego Ruas (PETROBRAS), José Gomes (LIGHT), Amisterdan Ribeiro
302 (SIMARJ);

303

304 **Sociedade Civil:** Fernando Ribeiro (CI-BRASIL), Vera Martins (ACAMPAR), Maurício Ruiz
305 C. Branco (ITPA), Maurício de Oliveira (SIMA), Nelson Reis (OMA-Brasil), Markus Stephan
306 (APEDEMA), ABAS, Paulo Sergio Farias (SINTSAMA);

307

308 **Governo:** José Arnaldo de Oliveira (P. M. Japeri), Waldemiro Andrade (P. M. Barra do
309 Piraí), Claudio Ribeiro P. M. Miguel Pereira), Elaine Assis (P. M. Paracambi), Ademar
310 Quintella P. M. Seropédica), Sebastiana Cesário (INEA), Lívia Soalheiro (SEA), Felipe
311 Brasil (CREA-RJ), Ricardo Nogueira (ICMBio);

312

313

314

315 **CONVIDADOS:**

316 Tatiane Araújo (INEA), Lucimar Marinho (TKCSA), Jeysson Marcelino (Coca-Cola), Mario
317 Landi (CAR-GUANDU), Maryella Resende (AMBEV), Leonardo Poyart (Montenegro),
318 Claudio Montenegro (Montenegro), Nathália Vilela (AGEVAP), William Weber (Jornalista),
319 Myrna de Britto (UFRRJ).